



Brasília-DF, 08 de julho de 2024

Dia da Luta Operária será na terça-feira, 9

O 9 de Julho não é apenas a data que marca a reação da elite paulista à Revolução de 30, liderada por Getúlio Vargas, em prol do progresso econômico e social dos brasileiros. Em SP, Capital, a data marca o Dia da Luta Operária, instituída pelo então vereador Antônio Donato (PT), hoje deputado estadual.

O Dia foi criado pela Lei 16.634, em reverência à memória do jovem operário José Martinez, assassinado na primeira grande greve geral no País, em 1917. Desde que instituído, o Dia da Luta Operária reúne militantes, ativistas, dirigentes e pessoas de destaque nas lutas sociais, a fim de homenagear personalidades da nossa história.

Neste ano, pela atuação em defesa da classe trabalhadora e fortalecimento do movimento sindical, serão homenageadas seis pessoas: a médica do Trabalho Maria Maeno, o metalúrgico Carlos Clemente, a operária aposentada Isabel Peres, além de Clodesmidt Riani, Valdir Vicente de Barros e Severino Almeida Filho.

O evento é promovido por iniciativa do deputado Donato, das Centrais CUT, Força Sindical, UGT, CTB, CSB, NCST, CSP-Conlutas, Pública, Intersindical Central da Classe Trabalhadora e Intersindical Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora. Também participam o Centro de Memória Sindical, o Instituto Astrogildo Pereira, o IIEP e a Oboré.

Serviço – Dia da Luta Operária – Ato político e homenagens.

Data – 9 de julho, terça-feira.

Local – Casarão do Sindicato dos Padeiros de SP, à rua Major Diogo, 285, Bela Vista, Capital. A partir das 9 horas.

Fonte: Agência Sindical

CNTI: “O neoliberalismo arrasa a indústria nacional e desumaniza o trabalho”



José Reginaldo, diretor de formação sindical da CNTI e NCST
Foto: Câmara dos Deputados

José Reginaldo, diretor de formação sindical da CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria) e da NCST (Nova Central Sindical de Trabalhadores), em entrevista exclusiva ao HP, avaliou que os debates no Seminário pela “Reindustrialização do Brasil” amadureceram a consciência da “necessidade urgente” do renascimento da indústria nacional.

Declarou esperar que a proposta de um “novo consenso” feita pelo representante da CNI (Confederação Nacional da Indústria), Rafael Lucchesi, floresça e passe a ser “a prioridade no entendimento entre empresários e trabalhadores”, rompendo assim “os laços de subordinação aos especuladores internacionais”. Reginaldo disse, ainda, que “a nova indústria nacional deverá dar à luz relações de trabalho humanizadas”. O seminário foi realizado em 11 de junho, na sede da CTB.

Leia, abaixo, a íntegra da entrevista:

HP – O sr. está de acordo com a proposta do representante da CNI de “construirmos” um novo consenso?

JR – Ouvimos neste seminário um dos principais quadros da CNI. Destaco na sua avaliação que as orientações do chamado “Consenso de Washington” prejudicaram tremendamente a atividade industrial em nosso país. Sr. Lucchesi propõe a construção de um novo consenso. Não mais entre banqueiros e megacorporações multinacionais como, penso eu, foi o “Consenso de Washington”. Entendemos que o proposto foi um pacto entre lideranças sindicais e setores empresariais filiados à CNI, para lutar contra a especulação financeira. Os dados aqui trazidos por ele sobre o desempenho da atividade industrial são aterradores. O Brasil, que recebeu, na década de 70, técnicos do mundo inteiro para estudar nossa

**Brasília-DF, 08 de julho de 2024**

experiência, que já teve o 4º ou o 5º parque industrial do mundo, hoje tem o 10º, ou o PIB que já foi maior que o da China e da Coreia somados, há 40 anos se arrasta a menos de 2% ao ano.

HP – Faz 40 anos que o Brasil está estagnado. A responsabilidade principal não é dos próprios empresários?

JR – O neoliberalismo, envernizado em 1979, foi o ópio das elites nacionais que pautou o retrocesso colossal da economia brasileira com base no tripé macroeconômico – valorizaram artificialmente a moeda, encareceram nossos produtos, subsidiaram as importações, especularam com os juros e adquiriram, fecharam ou transformaram as nossas indústrias em montadoras. A indústria nacional foi arrasada. O seminário explicitou a consciência da possibilidade de unirmos forças: governo, trabalhador e empresário, numa grande frente para reindustrializarmos o país, construirmos uma nova indústria.

HP – Quais as principais reivindicações dos trabalhadores neste pacto?

JR – É uma luta comum contra a especulação, o rentismo e os monopólios estrangeiros. Não estamos aqui numa negociação coletiva. Se foi ruim para a indústria nacional, foi desastroso para o trabalhador, pois, conseqüentemente, a qualidade da proteção social do trabalho foi bombardeada por todos os ângulos. A precarização do trabalho virou um mal que contagiou todo mercado de trabalho, seja através da informalidade, assumida ou mascarada, da terceirização indiscriminada, do trabalho intermitente. Isso tudo, acrescido do sufocamento financeiro das entidades sindicais e dos obstáculos ao acesso à justiça do trabalho.

HP – Mas a indústria não pode crescer voltada para o mercado externo, para as exportações?

JR – Se pudesse, a velha república estaria aí até hoje. Mercado interno é soberania e desenvolvimento. A industrialização no Brasil foi criada com a rede de proteção social. Da mesma forma, foram destruídas conjuntamente. A construção de um novo consenso ou de um pacto entre a indústria e o trabalhador também requer uma abordagem global. Não estamos colocando uma coisa dependendo da outra, pois achamos que tanto uma como outra beneficiam a ambos. É o círculo virtuoso da economia, onde o aumento da demanda gera produção, que gera mais empregos e mais produção. Trata-se, no entanto, de reconquistar a dignidade do trabalhador industrial. Ao fazer isto, o trabalhador se torna a força motriz efetiva para que esse pacto tenha sucesso.

HP – Quer dizer que não há diferenças entre a CNTI e as posições do Sr. Lucchesi, da CNI?

JR – Na luta pelo desenvolvimento nacional, não. Por isso, o pacto é fundamental porque é fundamental unirmos forças para restabelecermos o papel prioritário da produção, que confere qualidade e técnica para agregar valor no produto produzido. Então, a indústria tem essa caracterização: quando você agrega técnica e qualidade, você está falando de uma indústria humanizada, uma indústria cuja dignidade é fator preponderante, presente na sociedade e contribuindo para a soberania do país. Devemos caminhar para ter, por parte da CNI, disposição de construir um novo consenso que promova não só a reindustrialização do país, mas uma nova indústria que dê dignidade no processo produtivo.

CARLOS PEREIRA

Fonte: Hora do Povo

Comissão busca consenso para regulamentar aposentadoria especial e reduzir a judicialização

Propostas em análise na Câmara preveem regras para a concessão do benefício a trabalhadores expostos a agentes prejudiciais à saúde

Renato Araújo/Câmara dos Deputados



Diego Cherulli: empresas deveriam investir em prevenção e melhorar ambiente de trabalho

A Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara dos Deputados reuniu na quarta-feira (3) 14 representantes de trabalhadores, empresas e juristas em busca de consenso para reduzir a judicialização em torno da aposentadoria especial paga a trabalhadores expostos a agentes nocivos à saúde.

O tema é alvo de proposta – PLP 42/23, do deputado Alberto Fraga (PL-DF) – que reduz a idade mínima para a concessão do benefício e aumenta o valor para 100% da média das contribuições. Outros três projetos (PLPs 245/19, 74/23 e 231/23) são analisados em conjunto para superar as regras transitórias em vigor desde a reforma da Previdência de 2019 (Emenda Constitucional 103).

A audiência pública foi solicitada pelos deputados Pastor Eurico (PL-PE) e Erika Kokay (PT-DF). Todos os convidados defenderam a regulamentação da

**Brasília-DF, 08 de julho de 2024**

aposentadoria especial, mas com variados motivos e sugestões de ajustes.

O representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Rafael Kieckbusch, afirmou que cerca de 1.500 novas aposentadorias especiais são concedidas por mês, mais de 80% por decisão judicial, o que gera insegurança para as atividades econômicas.

A CNI defende a regulamentação com foco em medidas preventivas. "O empregador deve criar ambientes de trabalho mais seguros, saudáveis e resilientes para descaracterizar a necessidade da aposentadoria especial e evitar processos na Justiça", disse Kieckbusch.

Acidentes de trabalho

O dirigente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDPREV) Diego Cherulli comparou os custos entre aposentadoria especial e benefícios por acidente. O INSS paga hoje 438 mil aposentadorias especiais, com valor total de R\$ 2,4 bilhões por mês. Ao mesmo tempo, há cerca de 1 milhão de benefícios pagos por acidente, com custo total de R\$ 2,2 bilhões por mês.

"Ou seja, o gasto do governo com o benefício pago por acidentes de trabalho é quase o mesmo que o da aposentadoria especial. Em vez de estar prevenindo, garantindo vida e gerando bem-estar, nós estamos pagando para aquele que se acidentou, já não tem mais bem-estar ou morreu, porque ali também tem a pensão por morte acidentária", afirmou.

Com mais de 7 milhões de acidentes com trabalhadores de carteira assinada desde 2012, o Brasil só está atrás de Índia, China e Indonésia nesse ranking, segundo Adriane Bramante, especialista em direito previdenciário.

"São números que não param de subir: enquanto estamos aqui discutindo, um trabalhador morreu por acidente de trabalho porque o ambiente de trabalho não é fiscalizado e é hostil", comentou Adriane.

Terceirizados

A subnotificação também é elevada. O presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), José Santos, citou o caso dos terceirizados que, segundo ele, passam por invisibilidade no ambiente de trabalho e são vistos como "descartáveis".

"No dia a dia da nossa categoria, normalmente se fala que, com um vigilante morto, a empresa põe a farda em outro e a vida continua. Descartam a gente. E descartam também ao não nos enxergar na condição de ter direito", lamentou.

Riscos

Dirigente das Confederações Nacionais dos Urbanitários (CNU) e dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), Elvio Vargas citou categorias que não têm conseguido a aposentadoria especial nem mesmo por meio de ações judiciais depois da reforma previdenciária. É o caso dos eletricitários expostos a riscos de choque.

"Que empresa fica com o eletricista, aquele que sobe no poste, até os 65 anos de idade? E aí eu posso fazer a pergunta inversa também. Que trabalhador vai conseguir fazer um serviço especializado até essa idade? Não reconhecer a aposentadoria especial é jogar esses trabalhadores no limbo", argumentou.

Outras categorias também apresentaram peculiaridades de sua rotina de trabalho e pediram o direito à aposentadoria especial. O diretor da Federação Única dos Trabalhadores João Felchak citou a exposição dos petroleiros a ruídos e ao benzeno.

O Sindicato Nacional dos Aeronautas (SNA) apontou pressão atmosférica anormal, radiação ionizante, barulho e microvibração, além de fadiga, que coloca em risco a segurança de voo.

Exposição a agrotóxicos, doenças e violência em região de fronteira foram alguns dos riscos mostrados pelo Sindicato dos Trabalhadores do Sistema Agrícola, Agrário e Pecuário (Sintap).

Critérios técnicos

Um dos consensos na regulamentação vem desde a aprovação do PLP 42/23 na Comissão do Trabalho: a aposentadoria especial deve ser concedida por exposição ao risco e não por categoria.

A Associação Nacional dos Auditores Fiscais (Anfip) defende riscos medidos in loco e caso a caso, além de critérios técnicos na definição dos agentes nocivos, a fim de reduzir a judicialização. Outros debatedores fizeram sugestões pontuais quanto a fiscalização, afastamento não acidentário e reinclusão de contribuintes individuais.

Relator da proposta na Comissão da Previdência, Pastor Eurico aposta em novos consensos: "Esperamos chegar juntos a um denominador comum."

Além da Comissão de Previdência, o texto terá de ser analisado pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Depois, passará pelo Plenário da Câmara. Se aprovado, seguirá para o Senado Federal.

Fonte: Agência Câmara

Dieese diz que 10 capitais têm aumento na cesta básica

Maior alta ocorreu no Rio de Janeiro: (2,22%)



© Tânia Rêgo/Agência Brasil/Arquivo

Dez capitais brasileiras registraram, em junho, aumento no custo médio da cesta básica. É o que revela a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, feita em 17 capitais. Ela foi divulgada quinta-feira (4), em São Paulo, pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Nas demais sete capitais analisadas, houve queda no custo da cesta.

A maior alta na comparação com o mês de abril ocorreu no Rio de Janeiro (2,22%), seguida por Florianópolis (1,88%), Curitiba (1,81%) e Belo Horizonte (1,18%). Já as principais quedas foram anotadas em Natal (-6,38%) e Recife (-5,75%).

Entre os vilões para o aumento no custo da cesta estão o leite integral, que ficou mais caro em 16 das 17 cidades pesquisadas, a batata e o quilo do café em pó. No caso do leite, a alta variou entre 2,80% em Natal até 12,46% em Goiânia. Já o quilo do café em pó subiu em 15 capitais, com os maiores reajustes ocorrendo em Natal (10,48%) e Fortaleza (10,30%).

São Paulo tem cesta mais cara

A cesta mais cara do país continua sendo a de São Paulo. Em junho, o conjunto dos alimentos básicos em São Paulo custava, em média, R\$ 832,69. Em seguida, aparecem as cestas de Florianópolis (R\$ 816,06), Rio de Janeiro (R\$ 814,38) e Porto Alegre (R\$ 804,86).

Nas cidades do Norte e do Nordeste, onde a composição da cesta é diferente, os menores valores médios foram verificados em Aracaju (R\$ 561,96), Recife (R\$ 582,90) e João Pessoa (R\$ 597,32).

Com base na cesta de maior custo que, em junho, foi a de São Paulo, e levando em consideração a determinação constitucional que estabelece que o salário-mínimo deve ser suficiente para suprir as despesas com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência, o Dieese estimou que o salário-mínimo,

em maio, deveria ser de R\$ 6.995,44 ou 4,95 vezes o mínimo de R\$ 1.412,00.

Fonte: Agência Brasil

Três indicadores – João Guilherme Vargas Netto



Para meu uso adoto três indicadores a fim de avaliar o grau de democracia política efetiva em uma sociedade: leitores de jornais, filiados a partidos políticos e sindicalizados. (Os indicadores

são outros quando se trata de democracia sócio-econômica: um prato de comida, um emprego e uma sala de aula).

A leitura do jornal, reflexiva, que era para Hegel a oração da manhã do homem moderno, ainda hoje em tempo de redes sociais e de internet, é um indicador seguro de preocupação cidadã; compara-se o número de leitores com o número de alfabetizados.

A filiação a partidos políticos (mesmo que não represente a militância ou as votações) é um indicador para o papel desempenhado pelos partidos na vida democrática, aferindo-se a relação entre filiados e eleitores.

A sindicalização, cuja taxa é a porcentagem entre a associados aos Sindicatos e ocupados, é o terceiro pilar de sustentação democrática e, junto aos outros dois, mede o grau de democracia política de nossa sociedade.

Para registro (mesmo sem números), das três proporções listadas (leitores de jornais/alfabetizados; filiados a partidos/eleitores e sindicalizados/ocupados), o que apresenta melhor taxa no Brasil é a sindicalização, apesar de baixa entre baixas.

Ela é baixa em si e em comparação com a de outros países democráticos, demonstrando que temos ainda de avançar no exercício da democracia política.

É imperioso, portanto, que o movimento sindical, o governo e a sociedade façam esforços constantes para a sindicalização, mobilizadores e institucionais, garantindo seu aumento com mais associados e ativistas sindicais, contribuindo assim para o avanço da luta democrática.

João Guilherme Vargas Netto. Consultor sindical.

Fonte: Agência Sindical